

REUNIÃO COM O PREFEITO NO DIA 24-08-22



1. PRECATÓRIOS

O Prefeito começou a reunião afirmando que o Município não tem como ratear os Precatórios porque tem um acordo com AGU (Advocacia Geral da União) pra usar a verba com manutenção. Nós argumentamos contra recorrendo à emenda EC 114, a Lei 14.325/22 e à Nota do MPF. Depois de ter escutado o nosso argumento, inicialmente, ele disse que faria uma proposta que pudesse contemplar todos os professores da ativa na rede com a verba do FUNDEB e não do FUNDEF. Depois ele concluiu o ponto em pauta mandando que o Secretário fizesse um estudo de quantos professores trabalharam nos anos de 1997 a 2006, pois ele entende que só esses professores teriam direito ao rateio. Nós defendemos que em mesa que todos têm direito ao rateio.

2. PONTO ELETRÔNICO

O Secretário disse que estava cobrando a carga horária determinada na lei municipal e que prejudicaria a produtividade do A/c se reduzisse o tempo para 16:30. Pedimos então a ele que reduzisse de 3 para 2 dias até 17:10 por conta da dificuldade de transporte no município e a falta de ajuda nessa questão por parte da gestão. Ele disse que faria uma avaliação com RH da possibilidade de alterar o sistema e semana que vem daria a resposta.

3. TERRENO

O Prefeito ainda está fazendo o estudo de onde pode ser a área que será cedida para construção do condomínio dos servidores públicos do município na sede e no litoral. Mas garantiu que a Prefeitura dará todo suporte para baratear a construção e ter a menor parcela possível para os servidores adquirir suas casas.

4. TRANSPORTE DA ZONA RURAL

Ele mandou que o Secretário viabilize o ônibus que pega os alunos da Zona Rural para a Sede para que esse mesmo transporte também esteja a serviço dos professores. O Secretário alegou que o MEC não permite que professores usem o ônibus amarelo. Mas considerando a excepcionalidade, ele mandou que o Secretário comprove por meio de documentos direcionados aos órgãos competentes (Ministério Público...) para justificar a necessidade dos professores de usarem o ônibus;

5. LEI DO PISO

O Prefeito reconheceu a ilegalidade e afirmou que irá adequar a jornada ao que preceitua a Lei, fazendo essa mudança no início do ano de 2023 para 26 aulas para professores de 40 horas e 13 para os 20 horas.

6. COMISSÃO DE ESTUDO DO TEMPO INTEGRAL

Estamos aguardando o secretário publicar a Normativa para a equipe começar a trabalhar. Dentro desse ponto ficou também decidido o envio de dois servidores públicos para Portugal, a fim de conhecerem o funcionamento do ensino do tempo integral na Europa, inclusive a Escola da Ponte, sendo que iria um representante da Gestão e o outro seria um membro do sindicato representando a categoria. Essa viagem aconteceria ainda nesse ano de 2022 (provavelmente em novembro);

7. FORMAÇÃO CONTINUADA

Será realizada só em 2023, e acontecerá dentro dos horários de A/C.

8. ABONO CONFORME LEI 836/2021

Os abonos serão pagos em outubro ou novembro.

9. DEMOLIÇÃO DA ESCOLA EMMB

Nos posicionamos contra, por se tratar de um patrimônio histórico da cidade e por ser um escola que tem um espaço modelo para o funcionamento das aulas. O Prefeito ficou de fazer um estudo para preservar o Prédio (reformular).

A DIREÇÃO